

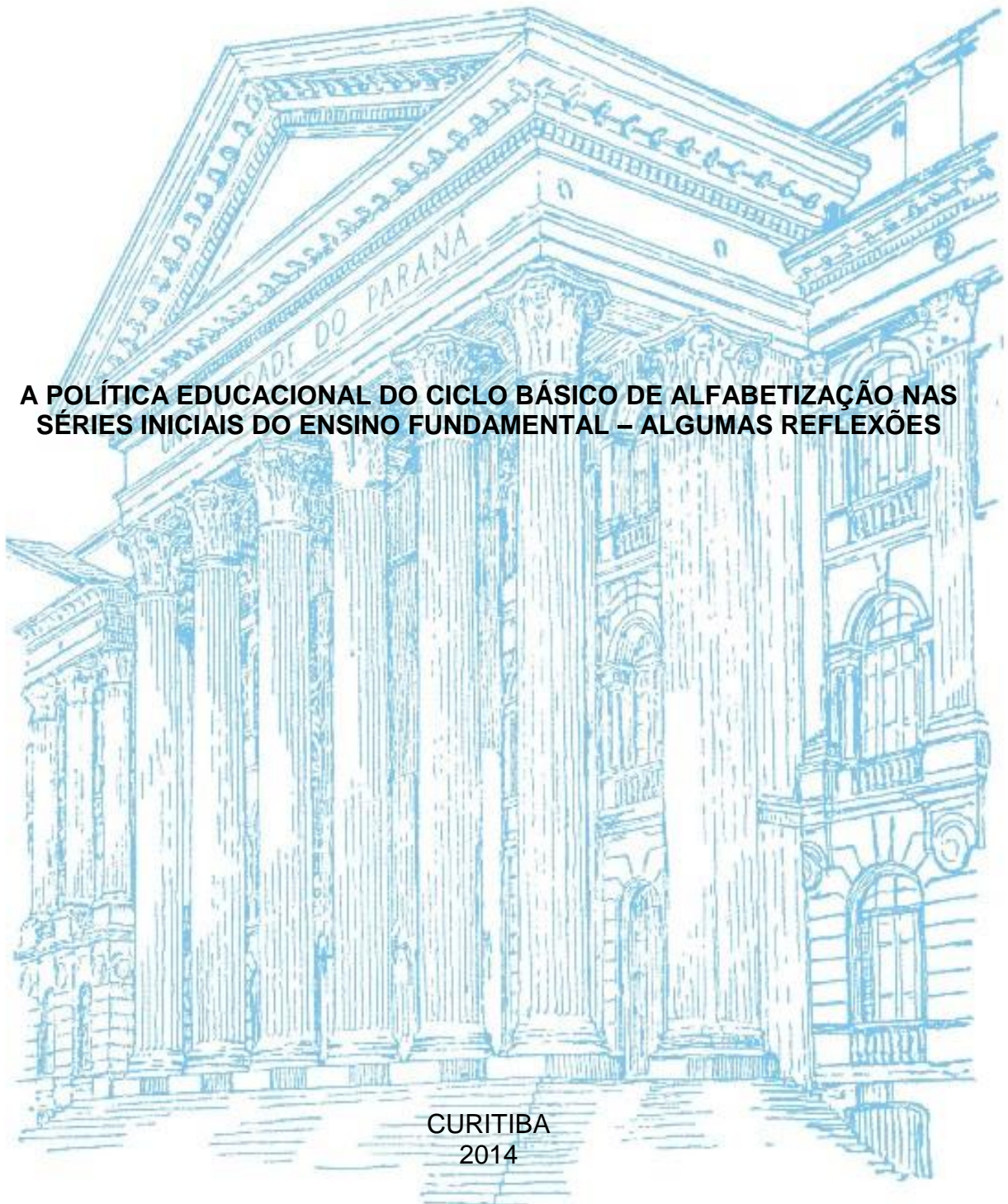
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

NECI RODRIGUES DE SOUZA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO NAS
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ALGUMAS REFLEXÕES**

CURITIBA
2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

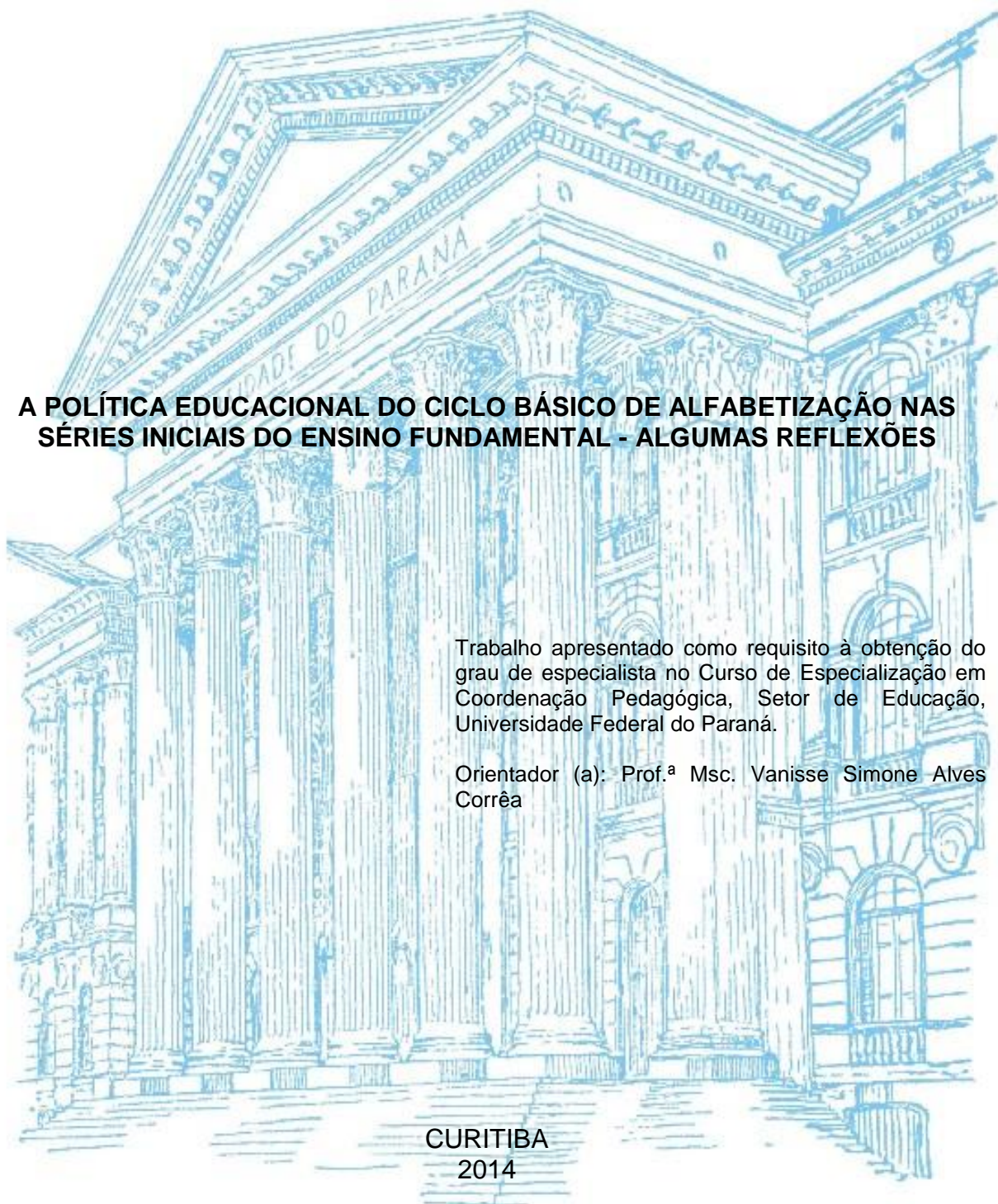
NECI RODRIGUES DE SOUZA

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO NAS
SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ALGUMAS REFLEXÕES**

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Prof.^a Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa

CURITIBA
2014



A POLÍTICA EDUCACIONAL DO CICLO BÁSICO DE ALFABETIZAÇÃO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - ALGUMAS REFLEXÕES

Neci Rodrigues de Souza*

Resumo: Este artigo procura trazer à tona algumas reflexões sobre a implantação do Ciclo Básico de Aprendizagem em uma escola da rede municipal de ensino de Cascavel, PR. Para tanto, apresenta uma breve contextualização histórica dessa política educacional e também a visão de alguns estudiosos da área. A fundamentação teórica deste trabalho é baseada principalmente em Mainardes (2012), Stremel (2012) Alaverse (2009), Barretos e Sousa (2004). O texto demonstra que Ciclo Básico de Alfabetização, cuja intencionalidade é a não reprovação dos alunos nas séries iniciais do Ensino Fundamental pode ocasionar outra problemática, que é a aprovação dos educandos que não possuem condições de aprendizagem. Isso causa um impacto muito grande na vida desses alunos e dos educadores que trabalham com eles. O trabalho ainda constata que para que o Ciclo Básico de Alfabetização se efetive é necessário que se invista nos seguintes pontos: preparação para os professores; reflexão e revisão sobre os conteúdos e suas quantidades a serem trabalhado nessa etapa da educação e necessidade da efetiva participação da família na vida escolar dos filhos.

Palavras-chave: Ciclo Básico. Política Educacional. Aprendizagem.

*Artigo produzido pela aluna Neci Rdrigues de Souza, do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.^a Msc. Vanisse Simone Alves Corrêa. E-mail: nrsouza@hotmail.com

Introdução

Acompanhando o dia a dia da escola e observando com mais atenção os acontecimentos do cotidiano escolar, foi possível detectar vários problemas que estão acontecendo na escola, como a questão da indisciplina de alguns alunos; a falta de interesse dos pais na vida escolar dos filhos e o fato de não acompanharem para saber o que está se passando na escola.

Na realidade estudada, a escola é compartilhada com o colégio estadual, o que ocasiona a falta de espaço físico para a realização de um bom trabalho com as turmas. Um exemplo disso é o trabalho que é desenvolvido pela monitora de biblioteca e pela instrutora de informática, sendo um ambiente em que as duas escolas utilizam ao mesmo tempo. Na escola há uma preocupação muito grande com a questão do processo de aprendizagem dos alunos, pois há alunos que não estão acompanhando os conteúdos trabalhados e apresentam muita dificuldade, já que muitos alunos que são aprovados no Ciclo de Aprendizagem, sem muitas vezes ter condição de acompanhar os conteúdos da série posterior.

Ainda que os professores sejam comprometidos com seu trabalho e procurem meios para recuperar esses alunos, fica evidente a falta de compromisso de algumas famílias, que não querem comparecer na escola, nem mesmo para fazer a matrícula, solicitando aos parentes ou vizinhos para que façam. Isso não é aceito pela escola e os pais então são convocados para que cumpram com seu dever. Por ser uma escola do meio rural, na época das chuvas há problema com o transporte escolar por causa das estradas que não são conservadas e ficam em péssimas condições, impossibilitando o trânsito dos ônibus e demais transportes. Na escola há poucas famílias que dependem dos programas do governo, há alunos de classes sociais bem diversificadas.

Não há problema com a evasão escolar e nem com violência. Quando o aluno apresenta faltas consecutivas procura-se saber o que está acontecendo entrando em contato com a família. A escola possui cento e cinquenta e seis alunos, atende sete turmas, sendo uma de Pré Escola, uma de primeiro ano, uma de segundo, duas de terceiro, uma de quarto e uma de quinto ano. O quadro profissional da escola é composto por dez professores, diretora, coordenadora pedagógica, duas zeladoras, uma cozinheira, monitora de biblioteca e instrutora de informática, que auxiliam no atendimento aos alunos; A escola funciona no turno da

tarde e atende os alunos com dificuldades no período da manhã com o projeto de reforço no contraturno.

Os problemas já explicitados ocorrem como um efeito dominó, um desencadeando outro. Da mesma maneira, compreende-se que ao solucionar um problema, outros podem ser solucionados, já que estão interligados. Infelizmente muitas vezes não sabemos como lidar com determinadas situações que ocorrem. Buscar o culpado é perder o tempo que poderia ser garantido na busca de soluções, pois enquanto culpamos uns aos outros, deixamos de fazer a nossa parte, sendo que a origem de alguns problemas pode estar no fato de não assumirmos o nosso papel, enquanto sociedade e sistema educacional, analisando as condições dos seres humanos e suas capacidades e limites.

A escola deve desenvolver seu papel social como afirma Cruz (2008):

(...) não basta garantir a criança apenas o acesso à leitura e escrita; é imprescindível que se torne leitor e produtor de textos; vindo a alfabetização tornar-se um instrumento e fator decisivo pela conquista e exercício da cidadania (CRUZ, 2008, p. 1).

Pelas conversas com os professores no Pré Conselho e durante o Conselho de Classe fica evidente a preocupação de todos quanto à aprendizagem dos alunos no geral, mas principalmente com os alunos que não estão conseguindo corresponder aos estímulos que estão sendo trabalhados nas aulas, pois apresentam muita dificuldade. Embora o trabalho desenvolvido pelos professores seja bastante significativo para a aprendizagem dos alunos, os resultados obtidos não têm sido satisfatórios.

Os alunos frequentam aulas de reforço em horário contraturno, são atendidos no individual de acordo com as necessidades e dificuldades apresentadas, sempre que possível e mesmo assim apresentam dificuldades, sendo uma situação que incomoda e causa uma sensação de impotência aos profissionais que estão envolvidos nesse processo.

De acordo com Klein (2014) o papel do professor não seria o de meramente zelar pelas condições de aprendizagem dos alunos, mas de promovê-las por meio do ensino, pois o aluno deve atuar ativamente para apropriação e reflexão dos conteúdos ensinados, para que estes tenham sentido em sua aprendizagem.

No assessoramento a uma determinada turma da escola foi possível verificar que o trabalho é minucioso e que se procura atender os alunos individualmente e

mesmo assim não há muito progresso por parte de alguns. A professora se sente angustiada, pois depara com níveis diferenciados na turma e se avançar muito, prejudica alguns alunos da turma, e se permanecer por muito tempo em determinados conteúdos os outros alunos acabam atrapalhando a aula por já terem conhecimento do que está sendo tão frisado, sendo necessário ter aulas diferenciadas em alguns casos para atender os níveis apresentados na turma e não prejudicar ninguém. Os professores comentaram que a maioria dos casos de alunos que apresentam dificuldades, são alunos cujos pais não frequentam a escola e não acompanham a vida escolar dos filhos, mesmo sendo chamados não comparecem na escola, alegando não ter tempo, sendo possível contato somente por telefone.

Por meio de conversa em uma reunião pedagógica, foi realizado um levantamento quanto aos recursos didáticos educativos da escola e houve a solicitação de que a escola adquira mais materiais para que possam contribuir com a aprendizagem dos alunos. Outra reclamação dos professores é relacionada à quantidade de conteúdos que deve ser trabalhado durante o ano letivo, no qual muitas vezes necessitam avançar, mas há alunos que não acompanham o que está sendo trabalhado, prejudicando assim seu desenvolvimento e compreensão do que está sendo trabalhado. Outro fator que os professores reclamaram é em achar que o professor anterior não ensinou direito e por isso há defasagem.

Há tempos essa questão da dificuldade de aprendizagem de alunos que estão inseridos nos ciclos vem causando angústia, em pensar que tipo de educação está sendo ofertada, por se tratar de uma escola pública, da rede municipal e pelo contato com os alunos que participam do Ciclo Básico de Alfabetização – CBA - como é denominado no Currículo Básico do Estado do Paraná.

O Currículo Básico do Paraná (1990) apresenta o CBA como uma reorganização do ensino das séries iniciais ao propor uma nova concepção de alfabetização. Assim é possível analisar que essa mudança seria para a melhoria do que se oferta, mas ao contrário o que se percebe é que muitas crianças apresentam dificuldade na aprendizagem nos dias atuais ao concluírem as etapas desse ciclo.

Diante dessa dificuldade torna difícil para o professor e para a criança desenvolver um trabalho de continuidade sem ter de voltar e retomar alguns conteúdos que estão em defasagem, devido ao período de escolarização e a demanda de conteúdos que estão elencados nos currículos das redes de ensino.

Mediante a preocupação existente ficam alguns questionamentos como: Qual a intencionalidade da implantação dessa política educacional? Qual o impacto causado na vida dos educandos e educadores mediante a implantação do ciclo de aprendizagem? Qual o preparo e as discussões que há para os educadores para desenvolver o trabalho com essa política educacional? Como os currículos das redes de ensino tem se adequado a essa política? Sendo esses alguns dos questionamentos dentre tantos outros que surgem conforme a vivência dentro do processo ensino aprendizagem.

Ao conseguir a resposta de alguns desses questionamentos é possível discutir e refletir sobre o impacto causado por essa política educacional, e quem sabe buscar meios para desenvolver um trabalho diferenciado procurando ofertar uma educação de qualidade que tenha significado na vida dos alunos, pois sua realidade e sua vivência deve ser levado em consideração no momento de alfabetizar, pois é impossível desprender a realidade para se realizar qualquer trabalho.

Assim ficam algumas metas com a intencionalidade de ser atingida em prol de compreender o que acontece na educação e acompanhar as mudanças que devem ser benéficas a vida dos alunos. Conhecer a lei que regulamenta e respalda a implantação da política educacional do Ciclo de aprendizagem. Identificar ao longo da história da educação as mudanças ocorridas nas etapas ofertadas pela educação. Analisar o impacto que essa política educacional causa na vida dos educandos. Compreender o posicionamento de autores diversificados sobre o assunto.

Para o desenvolvimento desse trabalho foi necessário pesquisar em bibliotecas e em sites de confiança da Internet para levantamento de dados e informações sobre o referido tema, sendo essa pesquisa realizada no decorrer do desenvolvimento do trabalho, no qual consiste em pesquisa de leis que regulamentam a existência dessa política, pesquisa de autores que tratam do assunto e qual abordagem trazem sobre o tema.

Por meio de estudo foi possível desenvolver esse trabalho, no qual foi analisado na Lei de Diretrizes e Base da Educação para verificar o que está contemplado assim como na Constituição Federal que garantem a educação para todos de maneira gratuita, com qualidade e sendo um dever do estado proporcionar essa educação.

A implantação do ciclo e o impacto causado

A educação no Brasil ao longo dos anos tem passado por várias transformações, buscando apresentar resultados mediante as políticas educacionais apresentadas e vivenciadas. Uma delas é a de implantação do Ciclo Básico de Alfabetização na década de 1980. Sua meta é a não reprovação dos alunos nas séries iniciais do ensino fundamental da Educação Básica. Na época isso correspondia à primeira e à segunda série. O que se buscava era um processo de progressão da aprendizagem sem haver interrupção por meio de reprovação. Isso vinha atender a uma necessidade da época em resolver o problema da reprovação e da evasão escolar que estava atingindo a educação nacional.

Alavarse (2009) apresenta que a implantação dos ciclos proporcionou polêmicas entre os professores e autoridades educacionais, pois acreditavam na queda da qualidade do ensino, devido ao fato de não haver rupturas no processo e alguns alunos não apresentarem condições de aprendizagem.

Após o levantamento sobre o tema abordado foi possível constatar que há bastante debate acerca do mesmo, no qual os estudiosos fazem apontamentos e relacionam o problema com respaldo em leis que norteiam a educação e respaldam a situação em que se encontra a educação, sendo este tema sobre a questão da aprendizagem dos alunos que fazem parte das redes de ensino e que frequentam o Ciclo nas séries iniciais do Ensino Fundamental, no qual apresenta nomenclatura diferente de acordo com a rede que o adotou.

Barretto e Sousa (2004) relatam que os ciclos foram implantados para que os alunos conseguissem concluir o processo de escolarização, a fim de assegurar que todos concluam os anos previstos para o ensino obrigatório, sem prejuízo que inviabilize a aprendizagem e proporcione uma educação de qualidade.

O tema sobre o Ciclo no início do Ensino Fundamental é estudado por diversos autores como Mainardes (2012), Stremel (2012), Barretto (2004) e Sousa (2004), que abordam de maneira a investigar como a implantação do ciclo pode contribuir na vida dos alunos, como está sendo esta implantação, as leis que respaldam essa mudança na educação brasileira e alguns cunhos políticos que envolvem esse contexto. Os autores entendem que mudanças são necessárias tais como a implantação de um currículo que contemple os conteúdos que atendam essas turmas do ciclo, pensado de acordo com as necessidades apresentadas e

com as realidades vivenciadas por municípios, estados e a nível nacional. A questão da reorganização do tempo de escolarização do educando também deve ser revisto, priorizando conteúdos relevantes para sua aprendizagem.

Para Mainardes e Stremel (2012) a implantação dos ciclos é algo complexo, pois acarreta implicações para o currículo, para a avaliação, para as metodologias, para a organização e gestão escolar. Também pressupõe mudanças na infraestrutura da escola e formação continuada dos professores, pois implica na reestruturação no sistema de escolarização. Tais autores apresentam estudos com fundamentação teórica aprofundada sobre o assunto, além de bases empíricas importantes. Para (Mainardes, 2006), os profissionais da educação têm um papel ativo no processo e implementação da política de ciclos. Esse autor trabalha com um suporte teórico-metodológico denominado *abordagem do ciclo de políticas*¹. A reflexão sobre suas possibilidades constitui-se em um referencial analítico necessário para a investigação de programas e políticas educacionais, bem como sua trajetória e efeitos.

A educação é um direito do cidadão que deve ser ofertada com qualidade, visando o bem estar dos educandos e proporcionando maneiras que possam fazer desse aprendizado uma etapa fundamental para sua vida. Há uma gama enorme de conteúdos para serem trabalhado nas escolas. Infelizmente, muitas vezes o que se busca não é a qualidade da oferta e sim resultados quantitativos.

Vendrúsculo (1994) afirma que:

Alfabetizar é mais do que ensinar a grafia das palavras. O conceito de alfabetizar se amplia no sentido da compreensão de que ler e escrever significa mergulhar num universo conceitual que possibilita ao sujeito, realizar processos mentais mais elaborados, pelo grau de abstração contido na linguagem escrita. A alfabetização tem uma conotação mais ampla: o domínio de uma forma particular de linguagem – a escrita – enquanto um código que vincula significação, que só se realiza no texto, pois se a língua é esta significação, representação que se materializa através de sons e de letras, o que importa na alfabetização é a apropriação do código escrito enquanto meio de significação (VENDRÚSCULO, 1994, p. 63).

Mainardes (2006), Stremel (2012) e Alavarse (2009), apontam que as mudanças na educação quase sempre acontecem para que as políticas educacionais sejam implantadas, demonstrando em alguns casos que existe um

¹ Para maior aprofundamento, sugere-se a leitura de ABORDAGEM DO CICLO DE POLÍTICAS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A ANÁLISE DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS
In: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>

contexto político por trás de cada decisão. As consequências dessas mudanças e implantações podem ser positivas ou negativas, impactando diretamente na qualidade da educação ofertada. Os autores ainda salientam que há uma grande cobrança sobre resultados, já que muitos investimentos financeiros são feitos para a implantação das políticas educacionais.

Mainardes e Stremel (2012) apresentam que de modo geral tanto o campo oficial como o pedagógico acreditam ser a políticas de ciclos uma proposta viável e positiva, mas que dever haver diversos cuidados para que a proposta não seja mal compreendida ou implantada de maneira inadequada, podendo levar a prejuízos para os educandos. Assim há uma preocupação com os moldes que o CBA tem sido desenvolvido nas redes de educação do país, merecendo uma especial atenção e tempo de dedicação de estudo para a compreensão dessa política pública que foi implantada e ainda está presente em nossas escolas.

Com a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização houve a necessidade de uma reorganização no ensino fundamental, que ofertou uma nova proposta na concepção de alfabetização. Isso foi uma tentativa de solucionar os problemas e ofertar uma política educacional que pudesse ajudar nesse processo que é o alicerce da aprendizagem na vida dos alunos. O Ciclo Básico de Alfabetização ainda é um tema que causa muita preocupação, pois há ocorrência de alunos que estão sendo aprovados nessa progressão sem ter condições de aprendizagem, no qual é preciso repensar sobre como foi a implementação dessa política e analisar como vem sendo desenvolvida ao longo desses anos de implantação e quais os resultados apresentados até então.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, no qual deve ser garantida a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais e também o padrão de qualidade da oferta dessa educação, sendo amparada mais tarde pela Lei de Diretrizes e Bases que normatiza a educação e suas políticas educacionais de acordo com as necessidades e mudanças ocorridas no decorrer dos anos.

A implantação do Ciclo Básico de Alfabetização permite uma ampla discussão sobre o tema reprovação, pois o educando deve ter condições de garantir sua permanência na série seguinte. De fato, é grande a necessidade de se repensar essa política educacional e os atributos que permeiam essa etapa da aprendizagem, pensando na capacitação do professor que trabalha com esses alunos e nos

materiais a serem utilizados de maneira que contribua com um processo de escolarização adequado ao educando em sua faixa etária.

Barretto e Sousa (2004) analisam que para a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização é necessário que aconteçam muitas mudanças, entre as quais, alteração nos aspectos da estrutura e funcionamento das escolas, do currículo, da avaliação e da formação, maior envolvimento dos professores nas mudanças realizadas, maior participação dos pais e uma profunda alteração do entendimento da cultura escolar. Ou seja, para os autores, o Ciclo Básico de Alfabetização não pode existir simplesmente para acabar com a reprovação.

Respalado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação o Ciclo Básico de Alfabetização tem o caráter político de resgatar uma educação que permita aprendizagem a todos, de maneira a não excluir o aluno independente de sua classe social ou condição financeira. Isso representava um momento de mudança e renovação nos moldes de alfabetização apresentados até aquele contexto educacional. Existia a necessidade de reformulação nos currículos para a vivência dessa nova etapa implementada. Com isso, o governo buscava garantir uma educação de qualidade a todos os cidadãos.

Os primeiros anos da vida escolar de uma criança são de fundamental importância, pois é a base do que será construído no decorrer de sua vida. É sabido que caso não seja desenvolvido um bom trabalho nos primeiros anos de escolarização do alunado há um risco muito grande de se ter consequências negativas que refletirão nas séries posteriores com a falta de compreensão de conteúdos trabalhados e de interpretação de mundo.

Considerações Finais

Fica evidente, dada à importância do Ciclo Básico de Alfabetização que é necessário que as pessoas tenham mais informações sobre as mudanças que têm acontecido com a educação nacional e entender em que medida essas mudanças beneficiam os estudantes, pois é direito do educando obter uma educação de qualidade. É preciso compreender, também, quais interesses políticos existem por trás dessas mudanças. Este trabalho busca fazer algumas reflexões sobre essa temática.

Para que a implantação do Ciclo Básico de Alfabetização seja significativa na vida dos alunos é necessário repensar algumas questões tais como a quantidade de conteúdos a serem trabalhados no decorrer dos primeiros anos de alfabetização. Esse é um fator importante que objetiva uma boa compreensão por parte dos alunos e uma efetivação do trabalho do professor.

Conforme afirma Vendrúsculo (1994) o trabalho metodológico na alfabetização deve priorizar o desenvolvimento dos principais conteúdos que possam levar as crianças a entender a escrita na sua verdadeira função social, passando esta a ter um significado para o aluno, pois faz parte do jogo da linguagem, necessário dentro das relações sociais. Para as séries iniciais deve se priorizar os conteúdos relevantes para que a alfabetização aconteça de maneira efetiva e haja apropriação por parte dos alunos.

É importante compreender também as condições em que são implantados esses Ciclos de Aprendizagem, já que o professor necessita ser preparado para tais políticas e a família deve interagir com a escola para que o resultado seja favorável à aprendizagem da criança.

Atualmente estamos vivenciando a implantação do *Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa*². Sabe-se que esta é uma política que se originou de políticas anteriores, como a da implantação dos Ciclos. Esse programa tem investido em preparar os professores para trabalhar nos Ciclos Básicos de Aprendizagem, visando a não reprovação dos alunos e procurando ofertar materiais que auxiliem o desenvolvimento do trabalho dos professores.

Outra questão importante é recurso financeiro investido no Ciclo Básico de Alfabetização. Muito dinheiro público tem sido canalizado para esses programas e por isso mesmo, a sociedade precisa realizar algum tipo de controle. De fato, para que um programa ou política educacional se efetive necessita de muitos recursos, tanto materiais como humanos. Para Alavarse (2009):

(...) com a defesa dos ciclos, quando se passa da eliminação da reprovação à ampliação dos níveis gerais de aprendizagem, obrigatoriamente se passa para a necessidade da elevação de recursos (ALAVARSE, 2009, p. 6).

Outro ponto relevante é a participação dos pais na vida escolar dos filhos. Percebe-se o quanto isso é fator fundamental para que a aprendizagem aconteça.

² Para maiores informações, acesse: <http://pacto.mec.gov.br/index.php>

Os alunos se sentem importantes como a presença dos pais na escola e tendem a um desenvolvimento maior na aprendizagem. É possível, no trabalho cotidiano da escola, notar a diferença entre alunos que são acompanhados pelos pais e os que não são no quesito aprendizagem.

Não há interesse da escola em ficar reprovando alunos, porém, é preciso que sua promoção seja baseada de fato em aprendizagem significativa. Por isso mesmo as políticas de não reprovação devem ser debatidas e entendidas, melhoradas e adequadas às diversas realidades.

O Ciclo Básico de Alfabetização é uma realidade dentro das escolas. Entretanto, muitas vezes não há uma efetivação adequada da mesma por falta de preparo e conhecimento dos profissionais da educação que atuam com as séries iniciais, por uma série de motivos, entre eles, a falta de qualificação ofertada pelos sistemas mantenedores da educação pública.

As reflexões trazidas neste trabalho pretendem contribuir para que a temática do Ciclo Básico de Alfabetização esteja sempre em debate. Para que não se aceite de maneira tão cômoda e natural a não reprovação do aluno. Para que se questione e se busque, soluções para os diversos problemas que com certeza o Ciclo Básico de Alfabetização traz para a educação. E Para que cada vez mais, a educação pública seja um lugar de debate, entendimento e clareza das políticas educacionais que são propostas.

O que se busca sempre é uma educação pública de qualidade, ancorada em práticas efetivas, que resultem em boas práticas de aprendizagem, a fim de propiciar ao aluno cidadão uma formação que de fato o prepare para viver em sociedade. De fato, ao longo de sua vida escolar, o aluno precisa obter conhecimentos que favoreçam seu desenvolvimento em todos os aspectos.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A organização do ensino fundamental em ciclos: algumas questões. www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf. Acesso em 24 de fev. de 2014.

BARRETOS, Elba Siqueira de Sá; SOUSA, Sandra Zákia. Estudos sobre ciclos e progressão escolar no Brasil: uma revisão http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022004000100003&lng=pt&nrm=iso&userID=-2. Acesso em: 05 de mar. de 2014.

BRASIL, Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CRUZ, Magna do Carmo Silva – Prefeitura da Cidade do Recife. Práticas de Alfabetização no 1º Ciclo do Ensino Fundamental: O que os alunos aprendem? <http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/GT10-4849--Int.pdf>. Acesso em: 24 de fev. de 2014.

EDUCAÇÃO, Secretaria de Estado da. *Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná*. Curitiba, 1990.

KLEIN, Ligia Regina. Alfabetização e Letramento: Considerações sobre a prática pedagógica no ensino da língua http://www.nupemarx.ufpr.br/Trabalhos/Artigos/KLEIN_Ligia_Alfabetizacao_e_letramento.pdf Acesso em 01 de abr. de 2014.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: Uma Contribuição para a Análise de Políticas Educacionais. www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94. Acesso em: 24 de fev. de 2014.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. *A organização da escolaridade em ciclos no contexto do Ensino Fundamental de Nove Anos: reflexões e perspectivas*. www.scielo.br/pdf/ep/v32n1/a02v32n1.pdf. Acesso em: 24 de fev. de 2014.

STREMEL, Silvana. As propostas de ciclos de aprendizagem de redes públicas de ensino brasileiras e seus fundamentos teóricos. <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2118/352>. Acesso em: 27 de mai. de 2014.

VENDRÚSCULO, Baltadar. *Educação em crise, crise na sociedade, na perspectiva da alfabetização*. Cascavel: Assoeste, 1994.